

## ESTUDO DE CASO

### Religião e religiosidade

A educação é o caminho e quiçá somente através dela é que conseguiremos desenvolver o respeito ao próximo e às suas diferenças, incluindo aqui, de modo especial, as preferências religiosas e onde cada um processa a sua fé. No entanto, por mais que se pareça com ironia, o ambiente escolar tem sido noticiado como o palco de intolerâncias, onde ofensas e preconceitos religiosos têm partido, até mesmo, de professores, sobretudo quando os credos de alguns alunos divergem da crença predominante.

O que é mais sarcástico ainda é que a escola, por meio do ensino religioso, e ainda seja com matrícula facultativa, ao menos no Brasil, deveria em tese, como preconizado pela Lei nº 9.475/1997, “*assegurar o respeito à diversidade cultural religiosa*”, inclusive proibindo qualquer forma de proselitismo. Mas sabemos que na prática é bem diferente e intolerância religiosa está presente na sociedade e manifesta-se de maneira escancarada e, muitas vezes, não existe sequer punição para tais atos/attitudes de violências, aliás, a maior parte desses crimes não é notificada/registrada.

Eis que surge a Cultura de Paz, não obstante que a ideia tenha surgido no idos de 1945, a expressão ganhou popularidades nos anos 90 e 2000, e um dos pilares é justamente a educação, que, como já dissemos anteriormente, é fundamental em todo e qualquer processo que envolva comportamentos e é a grande propulsora de mudanças numa sociedade.

Segundo Dupret (2002, p. 91), “construir uma cultura da paz envolve dotar as crianças e os adultos de uma compreensão dos princípios e respeito pela liberdade, justiça, democracia, direitos humanos, tolerância, igualdade e solidariedade. Implica uma rejeição, individual e coletiva, da violência que tem sido parte integrante de qualquer sociedade, em seus mais variados contextos”.

Destarte, o fomento à Cultura de Paz engloba, entre outras coisas, o ensino da tolerância e o respeito à diversidade religiosa, que deve ser respeitada como é, levando em consideração suas particularidades. Seria um

erro pensar todas as religiões de forma ecumênica, ignorando, assim, as diferenças cruciais e o que é próprio de cada uma delas.

De acordo com documento “Aprender a Viver Juntos: Um Programa Intercultural e Inter-religioso para a Educação Ética”, de 2009, da Fundação Arigatou, publicado com apoio da UNESCO e da UNIFEF, “há quem sustente que é através da vida religiosa que as crianças aprendem o valor da vida. Este entendimento implica que as religiões, por si sós e como expressões culturais, são os veículos de valores éticos e morais ensinados por meio de textos, parábolas, provérbios, exemplos e práticas”.

Vale frisar que a mesma declaração alerta que “não devemos subestimar o imenso perigo que representa para a paz e a estabilidade do mundo o extremismo de muitas pessoas que alegam atuar em prol de causas éticas ou em nome de sua religião”. Por isso é tão necessário entender e respeitar essas diferenças religiosas.

O papel da escola torna-se mais relevante ainda, uma vez que o ensino religioso, se for praticado sem amarras e/ou livre de paixões (de quem quer impor uma visão religiosa específica) e implicância à fé alheia, especialmente quando esta não for compatível com a de quem ensina, pode ser o caminho para referenciar e reverenciar todas as religiões, minizando preconceitos e intolerâncias, levando uma mensagem positiva de paz para além do contexto escolástico.

As cidades de Juazeiro, na Bahia, e de Petrolina, em Pernambuco, por exemplo, viveciaram, recentemente, polêmicas sobre as esculturas de Iemanjá e do Nego d’água que estão postas dentro do Rio São Francisco. Dois pastores se manifestaram contrários e acionaram o Ministério Público Federal para retirar as imagens. Tal atitude, classificada como intolerância religiosa, abriu espaço para debate na região, inclusive dentro da academia. Alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) publicaram um artigo intitulado “Estátuas do Rio São Francisco: a voz do outro, a voz do mesmo” que trata dessa problemática.

Convém, mais uma vez, destacar a Cultura de Paz, alicerçada por ações sócio-educativas, deve ser cultivada. Como bem menciona Dupret (2002), essas ações ajudam a identificar as formas de violência religiosa e ajudam a desenvolver o espírito de tolerância e capacidade de diálogo, além promover atitudes de solidariedade e respeito ao outro e à sua cultura e crença. Por fim, todo e qualquer projeto educacional, de toda e qualquer região, deve pautar isso nas suas linhas, afinal de contas, “a educação para a paz está – tem de estar – presente em todas as palavras, todas as atitudes, todo os momentos de todos os dias” (DUPRET, 2002, p. 94).